



Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

Autores: Cristina Gonçalves

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/ Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: cristina.goncalves@ine.pt

Catarina Silva

Estagiária no Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística, entre Outubro de 2003 e Março de 2004.

E-mail: catarina_ils@iol.pt

Resumo: Este artigo apresenta uma breve análise sobre as disparidades existentes entre os agregados familiares com e sem idosos nos domínios da pobreza segundo o rendimento e segundo as condições de vida, com recurso aos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000. Analisa-se igualmente a estrutura das receitas e os padrões de consumo destes agregados, com base na mesma fonte de informação.

Palavras chave: Agregado familiar com e sem idosos, Índices de Pobreza, Receitas, Despesas.

Abstract: This study aims to give a brief analysis about the inequalities between the poor households with and without older persons. In order to enable this analysis, were established poverty thresholds for income and living conditions. The structure of revenues and consumption of these households are also analysed. The authors explore the households database of the last available Portuguese Household Budget Survey (2000).

Key-words: Households with and without older persons, Poverty Index, Revenues, Consumption.

Poverty and social exclusion in households with older persons in Portugal

Introdução

Considerando diversos estudos efectuados nesta área, é facto adquirido que a população idosa constitui um dos grupos populacionais mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social, por se encontrar, em larga maioria, afastada de alguns dos sistemas sociais básicos, vendo, assim limitado o exercício pleno de cidadania.

Efectivamente, de uma forma geral, os idosos acumulam situações de desfavorecimento em diversos domínios, tais como, a nível económico, devido aos baixos rendimentos que usufruem, ao nível da literacia, dado que a maioria possui baixos níveis de instrução, das precárias condições de acesso a cuidados de saúde, bem como de condições do alojamento ou detenção de bens ou equipamentos que possibilitem algum nível de conforto, e que, muitas vezes, lhes são inacessíveis.

No ano que assinala o X Aniversário do Ano Internacional da Família e em plena Década para a Erradicação da Pobreza (1997-2006), proclamada pelas Nações Unidas, pretende-se com o presente estudo contribuir para a reflexão que é necessária e urgente sobre a situação das pessoas idosas.

No início da década de 90, a Comissão Europeia introduz o conceito de exclusão social no debate comunitário, dando-lhe um sentido diferente do tradicional. Historicamente, a noção de exclusão social surgiu na escola francesa ligada ao estudo de pessoas e grupos desfavorecidos, e era entendida como a fase extrema do processo de marginalização, ou seja, um percurso descendente de um indivíduo com sucessivas rupturas com a sociedade.

O conceito actual, que inclui todo o processo de marginalização e de situações de desigualdade nos sistemas sociais, integrou o discurso da União Europeia, como uma das preocupações centrais.

A pobreza, tal como a exclusão social, são fenómenos complexos e pluri-dimensionais, e, conseqüentemente, de difícil definição e medição, quer pela insuficiência das fontes de informação que permitam monitorar a situação, possibilitando a comparabilidade temporal e internacional, quer pela dificuldade de conceptualização, embora se reconheça que recentemente tem havido algum esforço neste sentido. Neste contexto, destacam-se os indicadores de *Laeken* que constituem a chave das políticas sociais dos Estados membros da União Europeia e que devem integrar os Planos de Acção para a Inclusão Social de cada país.

Não pretendendo ser inovador nos aspectos metodológicos de medidas de pobreza, este trabalho tem o objectivo de ilustrar as disparidades existentes nas famílias com e sem pessoas idosas, quer ao nível de determinados indicadores de conforto, quer ao nível dos padrões de consumo, salientando as especificidades das pessoas idosas a viver sós e dos agregados constituídos apenas ou principalmente por idosos.

Neste estudo, foram aplicadas duas medidas de pobreza relativa: o *Índice de Pobreza segundo o Rendimento*, que assenta nas receitas monetárias e não monetárias dos agregados familiares, e o *Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida*, que incide sobre as condições dos alojamentos e níveis de privação de bens de equipamento diversos.

Assim, e após um enquadramento geral que integra diversos aspectos relativos ao grupo populacional em estudo, analisa-se, na segunda parte, a incidência da pobreza segundo o rendimento e segundo as condições de vida, nos diversos tipos de agregado. Com o objectivo de caracterizar os agregados com idosos, e no sentido de dar continuidade aos estudos sobre a incidência da pobreza na população idosa, aplicou-se a tipologia de agregados com idosos que vem sendo utilizada nos estudos sobre população, elaborados no Instituto Nacional de Estatística, desde 1999, ou seja, *idoso só*, *casal de idosos*, *casal com um idoso*, *representante idoso e outros familiares* e *outros agregados com idosos*.

A terceira parte é dedicada à análise da estrutura das receitas e despesas de consumo dos diversos tipos de agregados com e sem idosos, particularizando os agregados que vivem em situações de pobreza segundo o rendimento.

A desagregação geográfica, quando referida, segue a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, nível II (NUTS II), geografia de 2001, utilizada no Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000, a principal fonte de informação deste trabalho.

I. Enquadramento Geral

O aumento dos níveis da esperança média de vida, aliado ao declínio da fecundidade resulta no fenómeno do envelhecimento demográfico, transversal às sociedades ditas desenvolvidas, a que Portugal não tem sido alheio.

Evolução Demográfica e Familiar

Nos últimos 40 anos, a população idosa (com 65 ou mais anos) mais que duplicou, representando actualmente 16,7% do total da população. Por outro lado, e de acordo com as projecções de população mais recentes, dentro de 50 anos este grupo populacional assumirá uma proporção de cerca de 32% do total da população.

Em 2002, o índice de envelhecimento, ou seja, a relação entre a população idosa e a população jovem (com menos de 15 anos) é de 106 idosos por cada 100 jovens, prevendo-se que em 2050 seja de 243 idosos por cada 100 jovens.

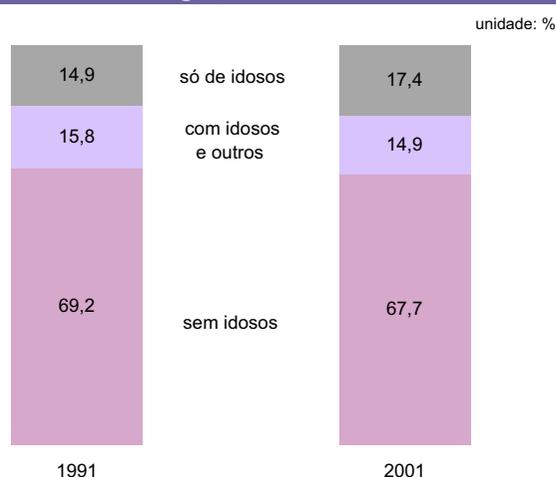
Considerando ainda a evolução dos níveis de esperança média de vida, prevê-se, paralelamente ao progressivo envelhecimento demográfico, um envelhecimento da própria população idosa. As pessoas muito idosas (com 75 ou com 85 ou mais anos) serão cada vez mais numerosas. Esta tendência coloca novos desafios em todos os domínios da sociedade, designadamente às medidas de política social.

De acordo com os resultados dos dois últimos recenseamentos da população, verifica-se um aumento proporcional das famílias clássicas¹ constituídas só por idosos, contribuindo para tal não só as designadas famílias unipessoais, ou seja, os idosos a viver sós, mas também as famílias constituídas por duas, três ou mais pessoas, todas com 65 ou mais anos.

Inversamente proporcional é a tendência das famílias sem pessoas idosas e das famílias com pessoas idosas e outras (com menos de 65 anos). Entre 1991 e 2001, o peso relativo das famílias sem idosos no total das famílias clássicas diminuiu 1,6 pontos percentuais (p.p.) e o das famílias com idosos e outros 0,9 p.p., apesar do aumento do número de famílias, independentemente da sua composição, no mesmo período.

Figura 1.1

Distribuição do total de famílias clássicas sem idosos, com idosos e outros e só de idosos, Portugal, 1991 e 2001



Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Este fenómeno reflecte, não só uma população cada vez mais envelhecida, como também as estruturas familiares mais comuns em Portugal. Estudos anteriores revelaram que a maior parte da população idosa vive com o cônjuge, embora esta percentagem seja bastante superior nos homens, em consequência da sobremortalidade

masculina e do celibato definitivo, mais comum no sexo feminino². Assim, a proporção de pessoas idosas a viver sós é bastante superior entre as mulheres.

Por outro lado, verifica-se em Portugal um aumento considerável de pessoas idosas a viver em famílias institucionais, especialmente em convivências de apoio social, o que permite considerar que esta seja uma solução para as pessoas idosas, especialmente a partir de uma determinada idade: mais de metade das pessoas a residir em convivências de apoio social, segundo os Censos 2001, tinha 80 ou mais anos³.

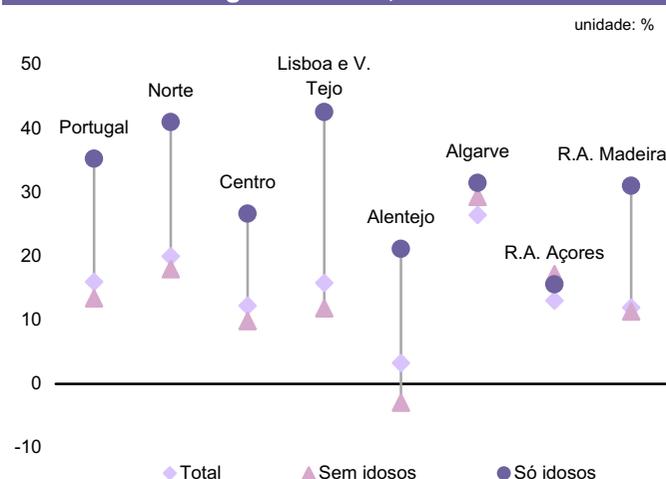
Distribuição geográfica

Lisboa e Vale do Tejo concentrava, em 2001, a maior proporção de famílias clássicas, com 35,7% do total, seguida do Norte, com 33,2%, e do Centro com 17,6%. O Alentejo e o Algarve detinham, respectivamente, 5,5% e 4,1% do total das famílias clássicas e as duas regiões autónomas, 2,0% cada. No entanto quando se analisam as distribuições percentuais das famílias com e sem idosos, as importâncias relativas revelam algumas diferenças regionais, em virtude do grau de envelhecimento demográfico.

O aumento das famílias só de idosos no total do país, entre 1991 e 2001, foi de 35,3%, mais evidente em Lisboa e Vale do Tejo (42,6%) e no Norte (41,0%) e menor na Região Autónoma dos Açores (15,6%) e no Alentejo (21,2%), embora por razões diferentes. Na Região Autónoma dos Açores esta evolução resulta da existência de um baixo número de famílias só de idosos, por ser uma das regiões menos envelhecidas, tal como na Madeira e no Norte, enquanto que no Alentejo é, pelo contrário, devido ao desaceleramento do ritmo do envelhecimento, uma vez que estas famílias detinham a maior proporção, quer em 1991, quer em 2001.

Figura 1.2

Taxa de variação do total de famílias clássicas e famílias clássicas sem idosos e só de idosos, Portugal e NUTS II, 1991-2001



As famílias sem idosos diminuíram a sua importância relativa no Alentejo, no período intercensitário, e registaram os aumentos mais humildes em quase todas as outras regiões. O forte acréscimo verificado no total das famílias clássicas entre os dois últimos Censos, do qual apenas o Alentejo não acompanhou, não teve o mesmo impacto nas famílias sem idosos, justificado, novamente, pelo aumento das pessoas idosas.

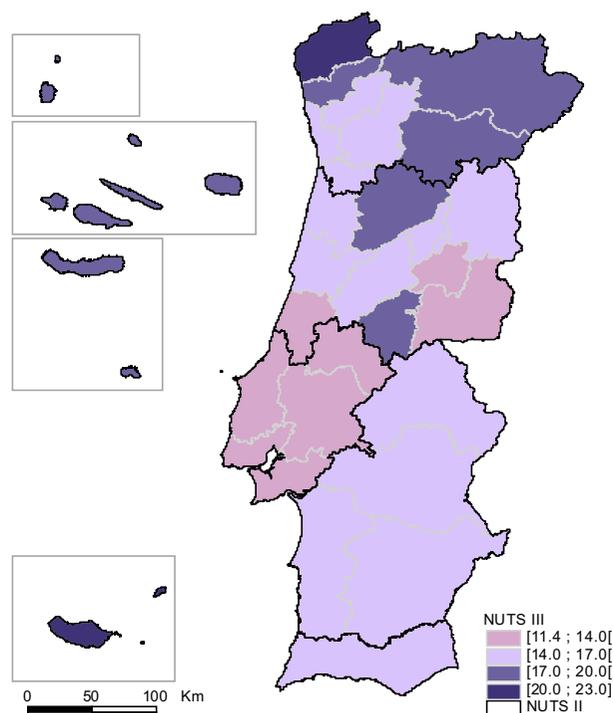
No Norte e nas regiões autónomas destacam-se as famílias com idosos e outros membros. O Norte concentra, aliás, a maior proporção destas famílias do total do país (35,8%).

A visualização do cartograma permite tornar bastante evidente este facto: a maior presença destas famílias no Norte e nas regiões autónomas, por oposição a Lisboa e Vale do Tejo e algumas sub-regiões da Beira interior.

A dimensão média da família, por regiões, permite igualmente confirmar esta ideia: 3,1 pessoas por família no Norte, 3,3 nas regiões autónomas; enquanto em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve registam o menor número médio de pessoas por família (2,6)⁴.

Figura 1.3

Distribuição do total de famílias clássicas com idosos e outros, NUTS III, 2001



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População 2001 (elaborado no DME / Serviço de Geoinformação do INE)

Índices de Decomposição da Desigualdade

A análise de Índices de desigualdade tem como objectivo apresentar algumas das características da distribuição do rendimento, ilustrando assimetrias existentes em diferentes partes dessa distribuição.

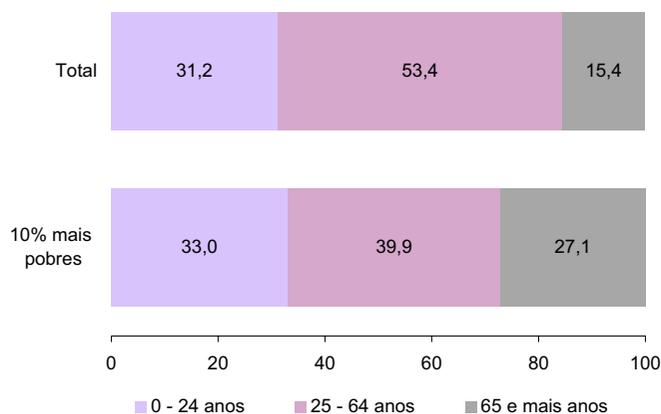
Neste estudo, optou-se por calcular o primeiro decil, obtendo-se, assim, os 10% da população com menores rendimentos líquidos por adulto equivalente e, por isso, considerados mais pobres.

Analisando os 10% da população mais pobre (taxa de pobreza definida segundo o rendimento) verifica-se que os idosos com 65 ou mais anos representam 27,1% dessa população (17,1% mulheres e 10% homens), uma proporção bastante superior à verificada para o total da população onde os idosos representam cerca de 15,4%. A percentagem de idosos aumenta consideravelmente quando se passa de uma análise geral para uma situação particular, no caso, os 10% da população mais pobre.

Figura 1.4

Estrutura da população total e dos 10% mais pobres por grupos de idade, Portugal, 2000

unidade: %



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000

Pretende-se comparar diferentes características (estado de saúde, sexo e nível de instrução) da população idosa, que pertence ao primeiro decil, com a população idosa quando é considerada a população total.

Quando considerada apenas a população correspondente ao primeiro decil, as desigualdades tornam-se mais claras e bastante acentuadas. Dos idosos mais pobres, 62,6% são mulheres, 95,7% afirmam não estar bem de saúde e 72,1% não possuem nenhum nível de instrução.

Quadro 1.1

Algumas características da população idosa (65 ou mais anos) total e dos 10% mais pobres, Portugal, 2000

unidade: %

Variáveis de análise	População com 65 ou mais anos nos 10% mais pobres	População com 65 ou mais anos no total da população
Sexo		
Masculino	37,4	40,9
Feminino	62,6	59,1
Estado de Saúde		
Muito bom	0,0	0,2
Bom	4,3	7,0
Razoável	38,9	39,0
Mau	48,0	42,4
Muito mau	8,8	11,4
Nível de instrução		
Nenhum	72,1	54,4
Básico 1º ciclo	25,1	34,8
Básico 2º ciclo	1,5	2,2
Básico 3º ciclo	1,3	3,9
Secundário	0,0	3,1
Superior	0,0	1,6

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 e Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia (2000)

Condições de Alojamento e Bens de Equipamento

Apesar da existência de infra-estruturas básicas na grande maioria dos agregados⁵, as condições dos alojamentos apresentam-se mais desfavoráveis nos agregados com idosos, destacando-se pela negativa os idosos a viver sós (Quadro 1.2, em anexo).

Como se pode verificar, e segundo os dados do IOF 2000, cerca de 8% dos idosos a viver sós não possuíam instalações sanitárias e 5,6% não tinham água canalizada. Acresce que este tipo de agregados apresenta a maior percentagem de alojamentos em condições mais precárias (barracas e outros), com cerca de 1%, percentagem quase coincidente como os que se vêm privados de todas as infra-estruturas (seja água canalizada, electricidade, sistema de esgotos e instalações sanitárias).

De notar, contudo, uma melhoria em termos globais no que respeita às condições dos alojamentos, tendo em conta os resultados do mesmo inquérito, em períodos anteriores⁶.

A análise de determinados bens e equipamentos de uso doméstico, alguns deles essenciais para um nível mínimo de conforto, confirma a situação de privação de boa parte destes agregados. Destaca-se, a título de exemplo, a máquina de lavar roupa e os aparelhos de aquecimento (de ar e água) que observam grande difusão na maioria dos agregados, e que, entre os idosos a viver sós, as frequências registam valores bastante mais baixos (Quadro 1.3, em anexo).

Se se considerar as características e necessidades específicas da população idosa, facilmente se constata que de todos os tipos de agregados em análise, estes são os que se encontram em situações mais desfavorecidas.

De referir que, dentro dos agregados com idosos, os que são compostos por representante idoso e outros familiares e os não considerados nos tipos anteriores (com idosos) observam percentagens de posse de bens e equipamentos de uso doméstico muito semelhantes aos apurados para o total dos agregados sem idosos; enquanto que os casais com os dois ou apenas um membro idoso se encontram numa situação mediana de privação, entre os dois extremos.

Pelo exposto, pode afirmar-se que pelo facto de se ser idoso e viver só, ou viver com outras pessoas com as mesmas idades, se corre maior risco de desigualdade e, conseqüentemente, de exclusão social. Esta ideia será confirmada na análise da pobreza e da estrutura de recitas e despesas, nos pontos seguintes.

II. Índices de Pobreza dos Agregados Familiares com Idosos

Pobreza segundo o Rendimento

A linha de pobreza segundo o rendimento⁷, calculada com base nos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000, identificou 20,2% agregados domésticos privados residentes em Portugal a viver em situação de pobreza. A proporção de agregados familiares pobres diminuiu ligeiramente face aos resultados de 1994/1995 (21,1%) e de 1989/90 (20,9%)⁸, com base no mesmo inquérito.

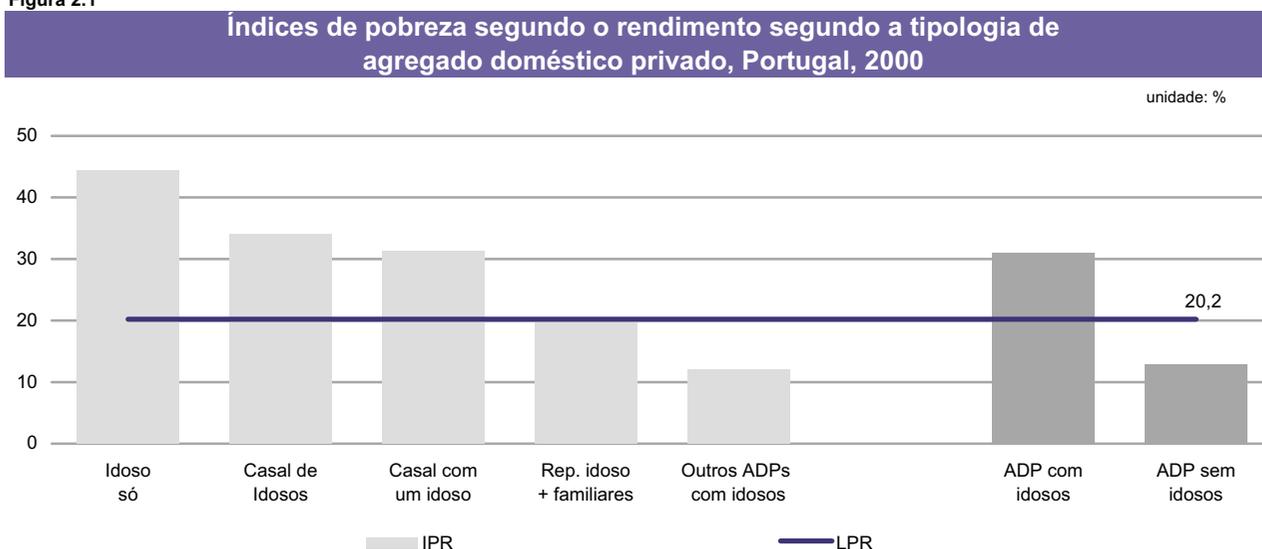
O cálculo do índice de pobreza segundo o rendimento nos diversos tipos de agregado permite afirmar que os que tinham idosos representavam uma proporção bastante superior aos agregados sem idosos: 31,0% dos agregados com idosos eram pobres segundo o critério recomendado dos 60% da mediana do valor do rendimento líquido total por adulto equivalente, contra apenas 12,8% dos agregados sem idosos.

Considerando os dois outros critérios para balizar a medição da pobreza, ou seja, os 50% e os 70% da mediana do rendimento líquido total por adulto equivalente⁹, verifica-se que a linha de pobreza era de apenas 12,5% no primeiro e aumentaria para 28,3% no segundo. As diferenças entre os agregados pobres com e sem idosos mantinham-se a níveis idênticos, embora seja de referir que, de acordo com o critério dos 70% da mediana, cerca de 43% dos agregados com idosos seriam considerados pobres.

Retomando o critério mais comum em medições de pobreza assentes no rendimento (60% da mediana), verifica-se que os agregados constituídos por um idoso a viver só, registam a taxa de pobreza segundo o rendimento mais elevada, com 44,4%. De referir, que estes são os agregados que registam as maiores proporções, qualquer que seja o critério subjacente. Reforçando algumas ilações retiradas de estudos anteriores¹⁰, confirma-se que os idosos constituem um dos grupos populacionais mais vulneráveis a situações de pobreza.

Os casais de idosos e os casais em que um dos membros é idoso, são, por esta ordem, os segundos e terceiros mais atingidos pela pobreza segundo o rendimento: 34,0% e 31,3%, respectivamente.

Figura 2.1



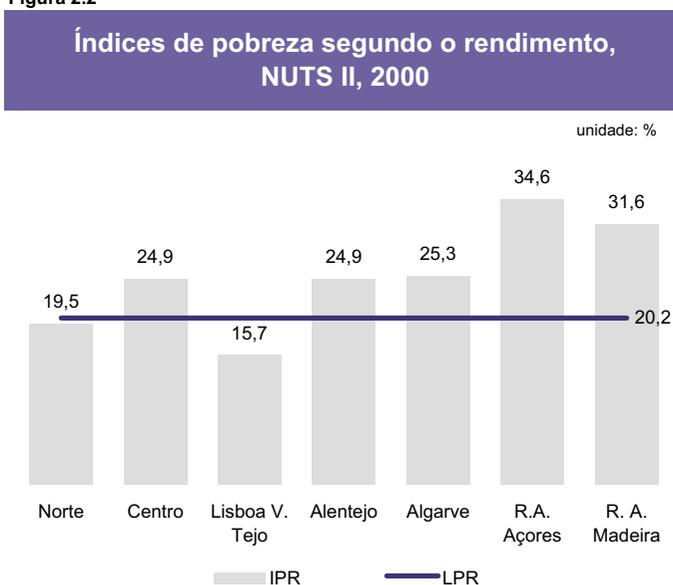
Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

À medida que os agregados são constituídos por mais pessoas, o índice de pobreza segundo o rendimento assume proporções mais baixas. Veja-se, por exemplo, os outros agregados com idosos (uma espécie de categoria residual) com um índice na ordem dos 12,0%, ou seja, muito próximo do observado nos agregados pobres sem idosos. Também no que se refere aos agregados constituídos por representante idoso e outros membros, o mesmo índice (19,9%) aproxima-se ao do total dos agregados (que coincide com a linha de pobreza).

A hierarquização dos agregados pobres, segundo a composição do mesmo, mantém-se desde o início da década, pelo que se pode afirmar que a variável idade é um aspecto importante na determinação da pobreza dos agregados a residir em Portugal.

Em termos de análise regional do índice de pobreza segundo o rendimento, destacam-se as duas regiões autónomas, especialmente os Açores, com as proporções mais elevadas de agregados pobres. No sentido oposto, Lisboa e Vale do Tejo regista a menor percentagem de agregados familiares a viver abaixo desta linha de pobreza. Para além desta região, apenas o Norte regista um índice inferior ao encontrado para o total do país, embora próximo.

Figura 2.2



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

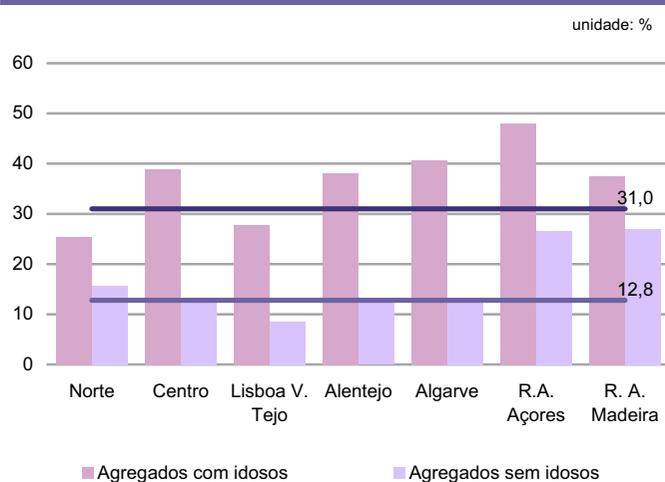
Como se verá mais à frente, a regionalização da pobreza estará certamente mais relacionada com níveis diferenciados de desenvolvimento regional e da distribuição da riqueza do que propriamente com a influência dos agregados mais pobres, como sejam os que concentram maior número de idosos.

Analisando o índice de pobreza segundo o rendimento, pelos diversos agregados familiares, verifica-se a mesma situação de desfavorecimento dos agregados constituídos apenas ou principalmente por idosos face aos restantes (Quadro 2.1, em anexo).

Apesar disso, o fosso existente entre os agregados familiares pobres com e sem idosos não é tão elevado nas regiões autónomas e no Norte face ao verificado para o total do país. Ao contrário, em Lisboa e Vale do Tejo, a região com menor proporção de agregados pobres segundo o critério em análise, e no Algarve a proporção dos agregados pobres com idosos é mais de três vezes superior à dos agregados sem idosos em situações de pobreza. A aplicação da linha de pobreza segundo o rendimento aos agregados com e sem idosos resultaria assim numa hierarquização diferente da anterior (Figura 2.3).

Figura 2.3

índices de pobreza segundo o rendimento, Portugal e NUTS II, 2000



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

A Região Autónoma dos Açores, que observa a maior percentagem de agregados pobres com idosos do país, cerca de 72% dos idosos a viver sós encontram-se em situação de pobreza, enquanto que 56% dos agregados constituídos por casais de idosos e 59% por casais com um membro idoso estavam na mesma situação (Quadro 2.1, em anexo).

A Região Autónoma da Madeira regista, por seu turno, o índice de pobreza mais elevado entre os agregados sem idosos.

Lisboa e Vale do Tejo mantém o menor índice de pobreza nos agregados sem idosos, mas perde esta posição para o Norte no que se refere aos agregados com idosos.

Pobreza segundo as Condições de Vida

O índice de pobreza segundo as condições de vida, calculado com base na ponderação da privação de bens por parte dos agregados, estabelece que um agregado é tanto mais pobre quanto maior for a acumulação de privação no conjunto das variáveis consideradas para a elaboração do mesmo¹¹. A linha de pobreza, calculada a partir do índice de privação médio, apurou 23,0% do total de agregados domésticos privados.

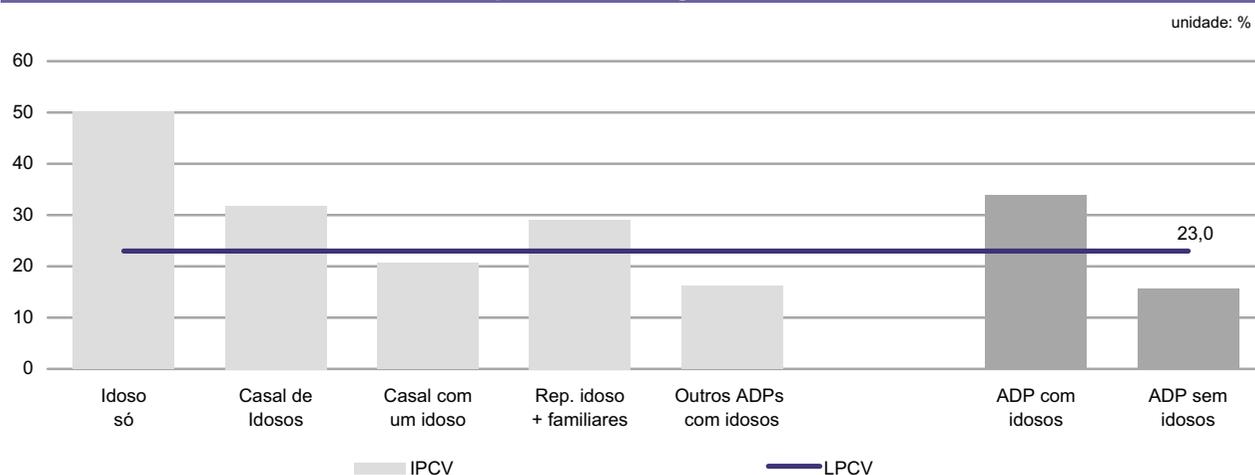
Também segundo este critério de pobreza os agregados com idosos observam índices bastante superiores comparativamente aos agregados sem idosos: 33,9% e 15,6%, respectivamente, vivem em situações de pobreza segundo as condições de vida.

Os idosos a viver sós (50,1%) e os casais de idosos (31,8%) são os agregados que acumulam maior privação de bens e, conseqüentemente, os mais pobres segundo este conceito.

Ao contrário do que se verificou relativamente à análise da pobreza segundo o rendimento, os agregados constituídos por representante idoso e outros familiares registam um índice de pobreza superior aos casais com um idoso.

Figura 2.4

Índices de pobreza segundo as condições de vida segundo a tipologia de agregado doméstico privado, Portugal, 2000

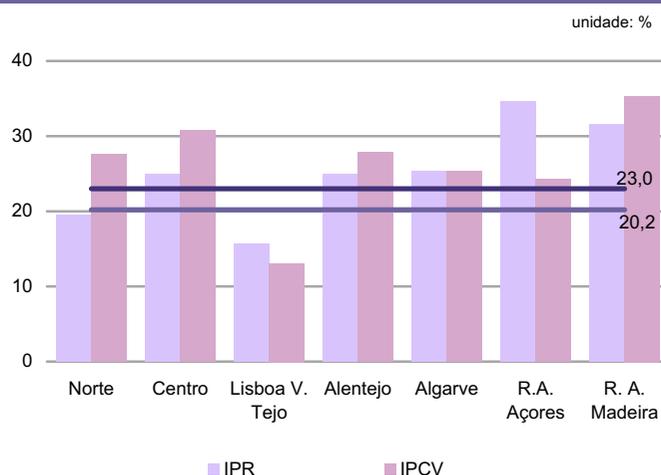


Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

A nível regional, destaca-se, desta vez, a Região Autónoma da Madeira com o índice de pobreza mais elevado (35,3%), seguida do Centro, com cerca de 31% dos agregados a viver abaixo do limiar estabelecido para as condições de vida.

Figura 2.5

Índices de pobreza segundo o rendimento e as condições de vida, Portugal e NUTS II, 2000



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Lisboa e Vale do Tejo, surge, novamente, como a região com o menor índice, a única abaixo da linha de pobreza estabelecida para o total do país e a grande distância desta (8,7%).

Esta região e os Açores observam menores proporções de agregados pobres segundo as condições de vida, quando comparadas com o critério do rendimento, mais evidente nos Açores. Em todas as outras regiões, a pobreza segundo as condições de vida atinge percentagens superiores de agregados pobres.

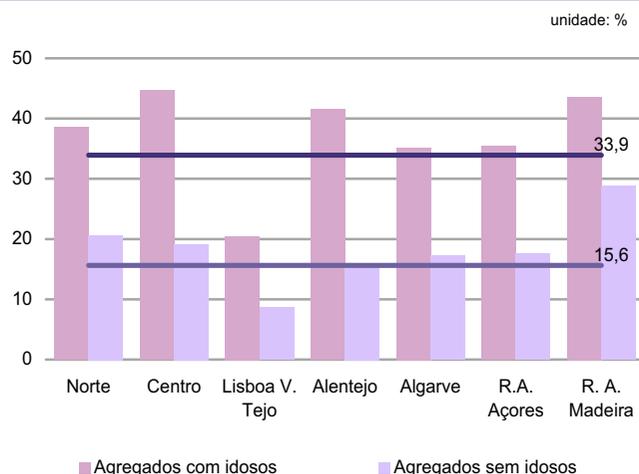
O Algarve constitui a única região em que os dois critérios de pobreza coincidem, não implicando, contudo, que se trate dos mesmos agregados.

A hierarquização dos agregados pobres com e sem idosos segundo a região de residência, não coincide totalmente com a apresentada para o total dos agregados pobres. Se, por um lado, Lisboa e Vale do Tejo se mantém com a menor proporção de agregados pobres, independentemente da coabitação com pessoas idosas, verifica-se que as percentagens mais elevadas pertencem ao Centro no que respeita aos agregados com idosos e à Região Autónoma da Madeira nos que não contêm pessoas idosas.

A diferença entre os agregados pobres com e sem idosos é mais acentuada no Alentejo e no Centro, e menor em Lisboa e Vale do Tejo e na Região Autónoma da Madeira.

Figura 2.6

Índices de pobreza segundo as condições de vida,
Portugal e NUTS II, 2000



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

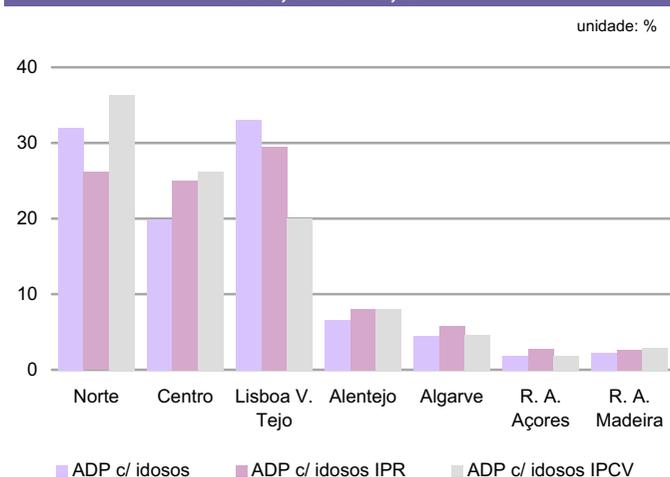
Mais uma vez, é entre os idosos a viver sós que se verifica a maior incidência de privação de bens, atingindo mais de metade destes agregados em todas as regiões, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo (Quadro 2.2, em Anexo).

Os casais de idosos constituem o segundo grupo em análise mais desfavorecido segundo este critério, embora com proporções bastante mais baixas do que o anterior. Confirma-se na análise regional o que se observou para o total do país, ou seja, que os agregados pobres constituídos por representante idoso e outros membros registam proporções mais elevadas comparativamente aos casais com um membro com 65 ou mais anos. Tal facto não se verifica apenas no Alentejo.

A análise da distribuição dos agregados com idosos, segundo a incidência da pobreza, evidencia as disparidades regionais.

Figura 2.7

Distribuição dos agregados com idosos, total e pobres segundo o rendimento e as condições de vida, NUTS II, 2000



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Lisboa e Vale do Tejo surge como a região com menor proporção de agregados pobres, apesar de absorver a maior parte (33%) dos agregados com idosos. Nesta região é também evidente a menor proporção de agregados com idosos abaixo da linha de pobreza segundo as condições de vida comparativamente ao critério de pobreza segundo o rendimento.

Para além de Lisboa e Vale do Tejo, apenas o Norte detém uma representação de agregados com idosos pobres segundo o rendimento abaixo da proporção do total destes agregados.

Em todas as outras, a importância relativa dos agregados com idosos a viver em situações de pobreza é mais elevada do que o peso relativo do total dos agregados aí residentes, evidenciando a forte incidência da pobreza. Destacam-se, neste sentido, o Centro e o Alentejo.

III. Estrutura de Rendimentos e Despesas das Famílias com Idosos

Em 2000, a receita total média líquida anual por adulto equivalente no total de agregados domésticos privados rondava os 8,800 euros, sendo cerca de 1,100 euros mais elevado nos agregados sem idosos e cerca de 1,700 euros mais baixo nos agregados com idosos¹².

Como é natural, é nos agregados sem idosos que os rendimentos do trabalho surgem como a principal fonte de rendimento, representando cerca de 70,3% do total da receita média líquida; ao contrário, nos agregados com idosos, as pensões representam cerca de metade da receita total (50,2%).

A análise da tipologia de agregados com idosos permite verificar igualmente algumas diferenças significativas relativamente à estrutura das receitas. Nos agregados constituídos exclusiva ou principalmente por idosos, a proporção dos rendimentos de pensões são muito mais importantes do que nos agregados mais alargados.

Quadro 3.1

Estrutura das receitas médias líquidas anuais por adulto equivalente, segundo o tipo de agregado doméstico privado (ADP), Portugal, 2000								
Tipo de receitas	Total ADP	ADP sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas monetárias totais	85,9	86,2	85,2	81,5	83,3	85,8	88,4	88,5
<i>Rendimentos do trabalho</i>	54,6	70,3	22,1	2,3	8,0	20,0	38,6	52,7
<i>Pensões</i>	23,4	7,5	56,2	71,8	69,9	58,0	42,8	28,5
<i>Prestações sociais</i>	2,5	3,0	1,4	0,8	0,2	2,3	2,0	2,5
<i>Outras receitas monetárias</i>	5,4	5,3	5,5	6,7	5,1	5,5	5,0	4,8
Receitas não monetárias	14,1	13,8	14,8	18,5	16,7	14,2	11,6	11,5

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

É, contudo, na análise da estrutura das despesas que a diferença entre os agregados com e sem idosos é mais evidente, embora os agregados sem idosos gastem mais (cerca de 87% da receita total respectiva) do que os agregados com idosos (cerca de 80% da receita total da mesma categoria).

As despesas com habitação e outras inerentes e as despesas com produtos alimentares e bebidas não alcoólicas constituem as principais classes de despesa para o total dos agregados, somando 39,4% do total das despesas médias anuais. Estas, juntamente com as de transportes e de hotelaria e restauração, representam cerca de 63% das despesas do total de agregados. A mesma estrutura, e em proporção idêntica (62,3%) pode ser observada no total de agregados sem pessoas idosas.

Quadro 3.2

Estrutura das despesas médias anuais por adulto equivalente, segundo o tipo de agregado doméstico privado (ADP), Portugal, 2000								
Classes de despesa (COICOP)	Total ADP	ADP sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Despesa total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	18,7	16,9	22,7	21,8	26,4	24,3	21,2	19,7
Bebidas alcoólicas, tabaco	2,7	2,8	2,3	1,0	2,2	2,4	3,2	3,1
Vestuário e calçado	6,4	6,9	5,3	4,9	4,5	5,0	6,1	6,2
Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	20,7	19,4	23,7	28,6	26,4	23,3	19,2	18,9
Móveis, artigos de decoração, equip. doméstico e desp. correntes de manutenção da habitação	7,4	7,4	7,4	8,8	6,8	5,3	7,9	6,1
Saúde	5,5	4,2	8,5	9,2	10,8	9,1	7,3	5,3
Transportes	14,0	15,7	10,0	3,6	6,3	13,4	14,8	16,3
Comunicações	3,3	3,3	3,3	3,6	3,2	3,3	3,2	3,0
Lazer, distração e cultura	4,7	5,3	3,4	2,7	2,6	3,0	4,1	5,4
Ensino	1,1	1,4	0,5	0,1	0,1	0,1	0,7	1,7
Hóteis, restaurantes, cafés e similares	9,5	10,2	7,8	10,5	6,1	6,3	7,0	8,3
Outros bens e serviços	6,0	6,4	5,1	5,3	4,6	4,6	5,3	6,0

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Por outro lado, no que respeita aos agregados com idosos, embora se mantenha a ordem das duas principais classes de despesas, estas passam a representar 46,4% do total das despesas. A classe de transportes (10%) constitui igualmente a terceira na ordem de importância da estrutura de despesas, mas as despesas com a saúde passam a constituir a quarta categoria, com 8,5% do total das despesas, perfazendo um total de 65% do total das despesas médias anuais.

Nos agregados constituídos por idosos a viver sós e nos de casais de idosos, as despesas com habitação tornam-se ainda mais importantes, representando mais de um quarto do total das despesas, que, a par com as despesas com alimentação (ligeiramente mais elevadas nos casais de idosos) representam, em ambos os casos, mais de metade do total das despesas médias anuais: 50,4% entre os idosos a viver sós e 52,8% nos casais de idosos. As despesas com saúde assumem a terceira classe de despesas mais importante nos

agregados de casais de idosos (10,8%) e a quarta nos idosos sós (9,2%). Nestes dois tipos de agregados a classe de transportes tem pouco significado no total das despesas.

No que se refere aos agregados constituídos por pessoas idosas e outras, a principal classe de despesas passa a ser ocupada pela de produtos alimentares, seguida das despesas com habitação, que não chegam a atingir os 50% em qualquer dos casos, embora muito próximo do caso dos casais com um idoso. Neste tipo de agregados, as despesas com transportes voltam a assumir um papel importante, ocupando a terceira classe de despesas.

Uma análise recente relativamente aos padrões de consumo da população idosa na União Europeia, confirma que as despesas de consumo entre os agregados com idosos (agregados em que o representante tem 65 ou mais anos) representam menos cerca de 15% comparativamente aos agregados cujo representante se encontra abaixo daquela faixa etária¹³.

Por outro lado, os padrões de consumo dos agregados familiares da União Europeia apresentam-se muito semelhantes aos de Portugal. As despesas com a habitação absorvem praticamente um terço do total das despesas, uma proporção superior aos agregados constituídos por pessoas mais jovens (cujas despesas rondam os 25% do total). As despesas com a alimentação observam igualmente proporções ligeiramente mais elevadas nos agregados constituídos por idosos do que nos mais jovens; enquanto que as despesas com transportes representam um peso relativo mais elevado nestes últimos.

Estrutura das Receitas e Despesas dos Agregados Familiares Pobres

As receitas médias líquidas anuais dos agregados pobres, de acordo com a linha de pobreza segundo o rendimento, representam apenas 36% do total de receitas calculada para o total dos agregados familiares. Comparativamente com o total dos agregados não pobres, com receitas de mais cerca de 1.500 euros, pode verificar-se que mais de metade (57,1%) advém de rendimentos do trabalho, enquanto que nos agregados pobres a maior parte pertence a rendimentos de pensões (53,9%), as quais correspondem, na generalidade, a rendimentos de baixo valor monetário, conforme é do conhecimento geral¹⁴.

Também na estrutura de despesas podem ser observadas diferenças significativas entre os dois tipos de agregados. Nos agregados pobres, segundo o mesmo critério, a principal classe de despesas (30,3%) é a de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, seguida da habitação e despesas inerentes com a mesma (22,7%). Estas, juntamente com as despesas na saúde, nos transportes e em hotelaria e restauração, somam cerca de 75% do total das despesas.

Figura 3.1

Estrutura das receitas médias líquidas anuais por adulto equivalente em agregados pobres e não pobres, Portugal, 2000

unidade: %

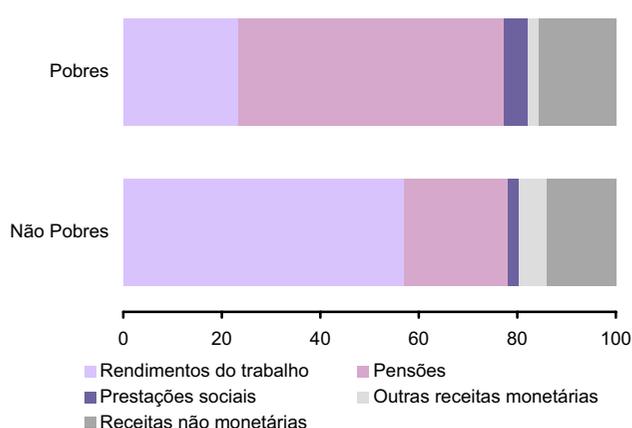
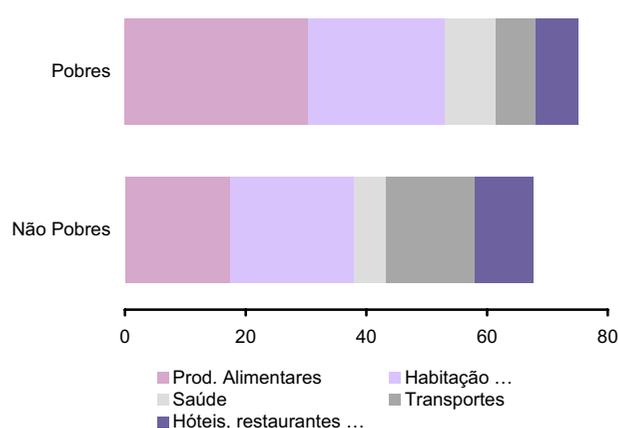


Figura 3.2

Estrutura das principais classes de despesas médias anuais por adulto equivalente em agregados pobres e não pobres, Portugal, 2000

unidade: %



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Nos agregados não pobres, estas cinco classes de despesas representam 67,7% do total das despesas e a hierarquia das classes, por ordem de importância, é diferente. As despesas com habitação representam a maior fatia (20,5%), seguida das despesas em alimentação (17,5%) e em transportes (14,7%). Para além das classes pré-seleccionadas, as despesas com móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação representam nestes agregados cerca de 7,6% do total das despesas médias anuais, classe que é pouco significativa nos agregados pobres.

Considerando apenas os agregados pobres segundo o critério do rendimento, pode verificar-se que a importância relativa dos rendimentos de pensões é ainda mais elevada nos que têm pessoas idosas, comparativamente ao total destes agregados. Esta situação é visível em todos os tipos de agregados com idosos, especialmente nos idosos a viver sós e nos casais de idosos, nos quais as outras receitas monetárias são bastante inferiores (entre 1,2 e 1,4%), quando comparada com a estrutura das receitas médias anuais destes mesmos agregados (entre 5 e 7%).

Nos agregados pobres com idosos e outros, embora se mantenha a prevalência dos rendimentos das pensões, verifica-se um aumento proporcional da categoria de prestações sociais.

Nos agregados pobres sem idosos, a proporção das prestações sociais assume igualmente uma maior importância face aos mesmos tipos de agregados analisados em conjunto: 10,1% e 3,0%, respectivamente. Este aumento faz-se sobretudo em detrimento dos rendimentos do trabalho.

Quadro 3.3

Estrutura das receitas médias líquidas anuais por adulto equivalente em agregados pobres e não pobres de acordo com a linha de pobreza segundo o rendimento, segundo o tipo de agregado doméstico privado (ADP), Portugal, 2000

unidade: %

Tipo de receitas	ADP não pobres	ADP pobres segundo o rendimento						
		sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas monetárias totais	86,0	83,4	84,9	84,5	85,5	81,7	86,6	83,9
<i>Rendimentos do trabalho</i>	57,1	53,2	5,5	0,3	1,0	9,6	17,5	36,0
<i>Pensões</i>	21,0	17,1	75,8	82,5	82,9	63,9	60,6	42,4
<i>Prestações sociais</i>	2,3	10,1	1,8	0,3	0,4	4,5	6,3	4,9
<i>Outras receitas monetárias</i>	5,6	3,1	1,6	1,4	1,2	3,6	2,2	0,7
Receitas não monetárias	14,0	16,6	15,1	15,5	14,5	18,3	13,4	16,1

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

As despesas com alimentação assumem maior importância nos agregados pobres com idosos, sendo sempre superiores a 30% do total das despesas, com excepção dos outros agregados com idosos. Nos casais de idosos e nos casais em que um membro tem 65 ou mais anos, esta classe de despesas atinge os 37,1% e 35,4%, respectivamente.

Nestes agregados a segunda maior fatia das despesas vai para a categoria da habitação, correspondendo entre 20 e 27% do total das despesas nos diversos tipos de agregados com idosos.

Nos agregados pobres sem idosos as despesas com produtos alimentares são igualmente mais elevadas, comparativamente ao total de agregados sem idosos, enquanto que as despesas com habitação assumem uma proporção idêntica.

As despesas com transportes constituem, mais uma vez, a terceira categoria mais importante das despesas nos agregados sem idosos, embora de menor peso relativo nos agregados pobres, enquanto que nos agregados com idosos essa posição é assumida pelas despesas com a saúde, com valores relativos ligeiramente mais elevados nos que vivem abaixo da linha de pobreza segundo o rendimento (rondando os 11% do total das despesas).

Um dos aspectos que mais diferencia a estrutura das despesas entre os agregados pobres e não pobres e, em particular, os que são compostos apenas por pessoas idosas e por idosos e outros indivíduos, são as classes de despesas que não respeitam directamente a bens essenciais.

Se, por um lado, é verdade que as despesas em hotéis, restaurantes, cafés e similares assume valores relativos significativos em quase todos os tipos de agregados, outras classes de despesas como a de lazer, distração e cultura, de móveis, artigos de decoração e equipamento doméstico e de vestuário e calçado, diminuem consideravelmente a sua proporção no total das despesas médias anuais dos agregados pobres, e, especialmente nos que têm idosos no seu seio.

Por exemplo, a classe de despesas relacionada com o lazer, que atinge 5,3% das despesas no total dos agregados sem idosos e 3,4% nos que têm idosos, não ultrapassa os 3,5% nos primeiros e 1,6% nos segundos, quando aplicado o critério de pobreza segundo o rendimento. Por outro lado, a classe que inclui despesas com mobiliário e equipamento doméstico, que ronda os 7,4% do total das despesas do conjunto dos agregados familiares, baixa para 5,8% nos agregados pobres com idosos e para 4,8% nos pobres sem idosos.

No que respeita às despesas com ensino, as diferenças são mais relevantes entre os agregados com e sem idosos, já que esta categoria não tem praticamente significado nos primeiros (especialmente nos idosos a viver sós e nos casais com uma ou duas pessoas idosos), independentemente de se encontrarem em situação de pobreza. No conjunto dos agregados sem idosos esta classe assume 1,4% do total das despesas médias anuais, baixando para 0,3% nos mesmos agregados a viver abaixo do limiar da pobreza segundo o critério do rendimento.

Quadro 3.4

Estrutura das despesas médias anuais por adulto equivalente em agregados pobres e não pobres de acordo com a linha de pobreza segundo o rendimento, segundo o tipo de agregado doméstico privado (ADP), Portugal, 2000

unidade: %

Classes de despesa (COICOP)	ADP não pobres	ADP pobres segundo o rendimento						
		sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Despesa total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	17,5	27,1	33,1	31,4	37,1	35,4	32,7	23,4
Bebidas alcoólicas, tabaco	2,6	4,1	2,2	1,1	2,7	3,0	3,7	2,3
Vestuário e calçado	6,5	6,6	5,0	5,2	4,5	4,8	5,5	4,8
Habituação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	20,5	20,9	24,3	26,7	23,4	24,3	19,8	24,0
Móveis, artigos de decoração, equip. doméstico e desp. correntes de manutenção da habitação	7,6	4,8	5,8	6,2	4,4	5,7	6,0	7,9
Saúde	5,3	5,1	11,2	11,9	11,9	10,6	8,8	11,4
Transportes	14,7	10,0	3,7	1,3	3,6	4,5	8,8	5,4
Comunicações	3,3	3,6	3,7	3,7	3,8	4,1	3,8	3,6
Lazer, distração e cultura	5,0	3,5	1,6	1,4	1,2	1,9	2,5	2,8
Ensino	1,2	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,5	1,4
Hóteis, restaurantes, cafés e similares	9,7	8,7	5,6	7,6	3,5	2,4	4,4	9,8
Outros bens e serviços	6,2	5,1	3,6	3,5	3,8	3,3	3,5	3,1

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Esta análise a nível regional permite constatar que o rendimento das pensões é o mais importante nos agregados pobres com idosos em todas as NUTS II (Quadro 3.5, em Anexo), à semelhança do que acontece no total do país. A proporção mais elevada encontra-se no Alentejo, com 81% do rendimento dos agregados pobres com idosos ser constituído por pensões e a mais baixa na Região Autónoma da Madeira, com 69%.

Por outro lado, os agregados não pobres e os agregados pobres sem idosos têm nos rendimentos do trabalho a sua principal fonte de receita. Destaca-se, neste sentido, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a região de Lisboa e Vale do Tejo com os valores relativos mais elevados, face ao verificado para Portugal.

A proporção das prestações sociais é mais significativa nos agregados pobres sem idosos, em todas as regiões, especialmente no Norte e na Região Autónoma da Madeira.

A importância relativa das receitas não monetárias é mais importante no Centro, na Região Autónoma da Madeira, no Algarve e no Norte, comparativamente ao total do país, quer nos agregados não pobres quer nos pobres, com ou sem idosos.

Tal como foi referido na análise sobre o total do país, os padrões de despesas médias anuais são muito semelhantes em todas as NUTS II. Regra geral, a principal classe de despesas dos agregados não pobres é a da habitação, logo seguida das despesas com alimentação. A única excepção verifica-se na Região Autónoma dos Açores, em que as posições se invertem. As despesas com transportes, que constituem a terceira classe mais importante no total das despesas, atingindo as maiores proporções na Região Autónoma dos Açores e no Centro (Quadro 3.6 em Anexo).

No que se refere aos agregados pobres com e sem idosos, as despesas com produtos alimentares e bebidas não alcoólicas assumem a maior importância relativa em todas as NUTS II, sendo as proporções mais elevadas nos agregados com idosos (entre os 29% na Região Autónoma da Madeira e Algarve e os 36% em Lisboa e Vale do Tejo). Ainda neste tipo de agregados (pobres com idosos), a importância relativa dos gastos com habitação é ligeiramente mais elevada do que nos agregados pobres sem idosos, em todas as regiões, excepto nos Açores.

Estas duas classes de despesas (produtos alimentares e habitação) chegam a atingir os 62% do total das despesas médias anuais dos agregados familiares residentes na Região Autónoma da Madeira, 59% em Lisboa e Vale do Tejo e os 57% no Norte e no Centro, sendo que apenas na Região Autónoma dos Açores não ultrapassam os 50% (49,4%).

São as despesas com a saúde que ocupam, novamente, a terceira posição no total das despesas médias anuais das famílias com idosos a viver abaixo do limiar de pobreza. Estas despesas representam cerca de 15% nestes agregados da Região Autónoma dos Açores, 14% no Algarve e 13% no Alentejo.

Comparativamente com os agregados pobres sem idosos, o peso relativo das despesas com produtos alimentares e habitação, como se referiu, é ligeiramente mais baixo, sendo que apenas na Região Autónoma da Madeira ultrapassam os 50%. Os gastos em transportes assumem em quase todas as regiões a terceira classe de despesas mais importante. Em Lisboa e Vale do Tejo, esta posição é ocupada pelas despesas em hotelaria e restauração.

Conclusões

- Nos últimos 40 anos a população com 65 ou mais anos mais que duplicou, assumindo actualmente uma proporção superior à da população jovem. De acordo com as recentes projecções de população, prevê-se um aumento gradual deste grupo populacional, de forma a representar 32% do total da população em 2050.
- A decomposição de índices de desigualdade confirma a vulnerabilidade da população idosa à pobreza, bem como situações mais desfavorecidas relativamente ao estado de saúde e níveis de instrução. Considerando a população idosa no primeiro decil da pobreza, verifica-se igualmente uma grande disparidade entre o sexo, em desfavor das mulheres (idosas).
- Os agregados com idosos, especialmente, os idosos a viver sós e os casais de idosos, observam as piores situações em termos de condições do alojamento em que residem e na posse de bens de equipamento, alguns directamente relacionados com níveis mínimos de bem estar e conforto.
- Estes mesmos agregados apresentam os maiores índices de pobreza, quer segundo o critério do rendimento, quer segundo o das condições de vida. Os índices de pobreza chegam a atingir valores muito elevados em determinadas regiões do país, destacando-se as regiões autónomas em ambos os critérios. A região de Lisboa e Vale do Tejo regista, ao contrário, os mais baixos índices de pobreza, embora com grande disparidade entre os agregados com e sem idosos.
- Em termos de padrões de consumo, verifica-se que as despesas com a habitação e com a alimentação absorvem quase metade do total das despesas nos agregados com idosos, sendo essa proporção mais baixa nos agregados sem idosos. As despesas com a saúde observam um peso relativo (no total das despesas) superior nos agregados com idosos.
- Nos agregados pobres as despesas com a alimentação passam a representar a maior classe de despesas de consumo, ainda mais evidente entre os que são constituídos por pessoas idosas. As classes de despesas não relacionadas directamente com bens essenciais assumem proporções muito baixas nos agregados com idosos a viver em situação de pobreza.

Notas Metodológicas

Com o objectivo de aproximar, tanto quanto possível, o presente trabalho a uma análise multidimensional da pobreza com enfoque nos agregados com idosos, e de acordo com trabalhos elaborados anteriormente, procedeu-se ao cálculo de duas medidas de pobreza relativa: o Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR), que respeita a rendimentos monetários e não monetários; e o Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV), que incide sobre as condições dos alojamentos e a privações de bens de equipamento. A fonte utilizada foi o Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000.

Índice de Pobreza segundo o Rendimento

O Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR) tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora receitas monetárias e não monetárias, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. Das diversas etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- i. Apuramento da **receita média líquida total**, a preços correntes, de cada Agregado Doméstico Privado (ADP) considerando o conjunto das receitas líquidas totais, designadamente rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais, e das receitas não monetárias, tais como, autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários em espécie, entre outros.
- ii. Cálculo e posterior imputação a cada agregado familiar da receita líquida total **por adulto equivalente**, tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada: 1º adulto = 1; restantes adultos = 0,5; crianças menores de 14 anos = 0,3.
- iii. A determinação da **linha de pobreza** tem subjacente o critério recomendado pelo EUROSTAT, traçando a linha nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos/agregados familiares.
- iv. O valor do **Índice de Pobreza segundo o Rendimento** determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

De acordo com as recomendações do EUROSTAT neste domínio, é comum apresentar outros limiares de referência para estipular níveis de pobreza, como os 50% e os 70% da mediana da receita líquida total, uma vez não ter sido comprovada qual a percentagem que representa a verdadeira repartição entre o grupo populacional de menores rendimentos e a restante população. A apresentação das três linhas de pobreza justifica-se ainda, quer por forma a evitar uma divisão estanque de população pobre e não pobre, quer porque o estabelecimento de diversos limiares de pobreza permitem observar a evolução dos mais e menos pobres (EUROSTAT, 1998).

Quanto à escolha da mediana como medida estatística de distribuição central, justifica-se por ser a menos afectada pelos valores extremos da distribuição do rendimento, bem como pelas flutuações da amostra, sendo-lhe atribuídas as características de estabilidade e robustez, fundamentais para o estabelecimento de linhas de pobreza monetárias (ou, no caso, segundo o rendimento).

Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida

Os índices de pobreza que consideram as condições de vida podem assumir inúmeras formas, dependendo, entre outros factores, das fontes de dados disponíveis ou do tipo de sociedade ou grupo social que se pretenda estudar. Este índice de pobreza pode assumir aspectos metodológicos diferentes dos aqui apresentados, como sucedeu, aliás, em anteriores trabalhos editados pelo INE.

O Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV) aqui apresentado incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, considerando-se, neste caso, um agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Das diversas etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- i. Cálculo das frequências relativas do tipo e condições de alojamento, bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, para o total dos agregados domésticos privados.

- ii. Atribuição de ponderações de penalização e construção de uma tabela considerando todas as variáveis com penalizações intermédias (*teste de consenso*): 1 (penalização total) quando o agregado não tem determinadas condições de alojamento ou bens; 0,5 (penalização parcial) atribuído apenas às variáveis instalações sanitárias (tem incompleta) e água canalizada (só água fria); e 0 (sem penalização) para tipo de alojamento moradia ou apartamento, condições do alojamento completas e posse de bens.
- iii. Selecção das variáveis com base no critério de frequência (*teste de frequência*), considerando-se para o cálculo dos índices de privação médios as frequências de cada variável inferiores a 50%, ou seja, de todos os bens que existiam em pelo menos metade dos agregados inquiridos. Cálculo do índice médio de privação total (cf. tabela em anexo).
- iv. Ponderação das variáveis a incluir no *score* pelas respectivas frequências de não privação, por forma a que o *score* afecto a cada ADP inclua as penalizações acumuladas por cada bem em falta ou existente de forma incompleta (privação).
- v. O critério escolhido para a determinação da linha de pobreza foi o índice de privação médio.

Scores para construção do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida, 2000							
Variável	Valor	Pond.	% do total de ADP	Variável	Valor	Pond.	% do total de ADP
Tipo de alojamento	Outro	1	0,5	Máquina de lavar roupa	Não tem	1	17,8
	Moradia e apart.	0	99,5		Tem	0	82,2
Existência de Cozinha	Não tem	1	0,4	Máquina de secar roupa	Não tem	1	90,5
	Tem	0	99,6		Tem	0	9,5
Electricidade	Não tem	1	0,4	Máq. lavar e secar roupa	Não tem	1	96,1
	Tem	0	99,6		Tem	0	3,9
Instalações sanitárias	Não tem	1	2,8	Máquina de lavar loiça	Não tem	1	82,9
	Tem incompleta	0,5	8,2		Tem	0	17,1
	Tem completa	0	89,0	Desumidificador	Não tem	1	94,7
Água canalizada	Não tem	1	2,1		Tem	0	5,3
	Tem fria	0,5	22,6	Máquina de Costura	Não tem	1	56,8
	Tem quente	0	75,2		Tem	0	43,2
Sistema de esgotos	Não tem	1	2,8	Vídeogravador	Não tem	1	50,3
	Tem	0	97,2		Tem	0	49,7
Índice privação médio relativo ao alojamento			3,5	Câmara de vídeo	Não tem	1	89,5
Fogão	Não tem	1	0,6		Tem	0	10,5
	Tem	0	99,4	Material fotográfico	Não tem	1	58,9
Micro-ondas	Não tem	1	66,7		Tem	0	41,1
	Tem	0	33,3	Computador s/ internet	Não tem	1	86,5
Frigorífico	Não tem	1	2,9		Tem	0	13,5
	Tem	0	97,1	Computador c/ internet	Não tem	1	91,5
Arca congeladora	Não tem	1	46,5		Tem	0	8,5
	Tem	0	53,5	Telemóvel	Não tem	1	52,6
Ap. de ar condicionado	Não tem	1	97,2		Tem	0	47,4
	Tem	0	2,8	Telefone	Não tem	1	24,5
Ap. aquec ar eléctricos	Não tem	1	53,4		Tem	0	75,5
	Tem	0	46,6	Índice privação médio bens de equipamento			25,4
Ap. aquec ar n/ eléctricos	Não tem	1	79,1	Bicicleta	Não tem	1	78,7
	Tem	0	20,9		Tem	0	21,3
Ap. aquec água eléctricos	Não tem	1	84,2	Motorizada	Não tem	1	85,7
	Tem	0	15,8		Tem	0	14,3
Ap. aquec água n/ eléctricos	Não tem	1	37,3	Moto	Não tem	1	97,3
	Tem	0	62,7		Tem	0	2,7
Rádio	Não tem	1	14,6	Automóvel (ligeiro/misto)	Não tem	1	40,1
	Tem	0	85,4		Tem	0	59,9
Televisão	Não tem	1	2,1	Caravana ou roulotte	Não tem	1	98,8
	Tem	0	97,9		Tem	0	1,2
Antena parabólica	Não tem	1	89,5	Barco de recreio	Não tem	1	99,4
	Tem	0	10,5		Tem	0	0,6
Tv Cabo	Não tem	1	81,0	Garagem no edifício	Não tem	1	74,6
	Tem	0	19,0		Tem	0	25,4
Leitor de Compact Disc	Não tem	1	61,6	Garagem fora do edifício	Não tem	1	92,3
	Tem	0	38,4		Tem	0	7,7
Gravador cassetes	Não tem	1	50,0	Residência secundária	Não tem	1	91,5
	Tem	0	50,0		Tem	0	8,5
Gira-Discos	Não tem	1	72,3	Índice priv. médio meios transp. e outros bens			40,1
	Tem	0	27,7				
Aspirador	Não tem	1	32,7	Índice de Privação Médio			23,0
	Tem	0	67,3				

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Classificação das Receitas

De acordo com as variáveis constantes do Inquérito aos Orçamentos Familiares, agruparam-se as **receitas monetárias** ordinárias e extraordinárias em 4 classes:

- 1) *Rendimentos do trabalho* (por contra de outrem e por conta própria);
- 2) *Pensões* (pensões de velhice ou reforma, viuvez, orfandade e outras);
- 3) *Prestações sociais* (inclui benefícios periódicos e não periódicos com alojamento, família, desemprego, doença ou invalidez, rendimento mínimo garantido e outros benefícios);
- 4) *Outras receitas monetárias* (inclui as restantes categorias, tais como, rendimentos de propriedades e de capital, transferências de outros agregados e prestações de seguros).

As **receitas não monetárias** incluem, designadamente, as categorias autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários em espécie e transferências não monetárias.

Despesas: Classificação do Consumo Individual por Objectivos (COICOP) – 2 dígitos

- | | |
|----|---|
| 01 | Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas |
| 02 | Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/ estupefacientes |
| 03 | Vestuário e calçado |
| 04 | Habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis |
| 05 | Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação |
| 06 | Saúde |
| 07 | Transportes |
| 08 | Comunicações |
| 09 | Lazer, distração e cultura |
| 10 | Ensino |
| 11 | Hotéis, restaurantes, cafés e similares |
| 12 | Outros bens e serviços |

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira; CAPUCHA, Luís Antunes; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; NICOLAU, Isabel; REIS, Elizabeth (1992) "Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal", Celta Editora, Oeiras.

BRANCO, Rui e GONÇALVES, Cristina (2000) "Envelhecimento Demográfico – Aspectos Demográficos, Económicos e Sociais da População Idosa em Portugal", Instituto Nacional de Estatística, I Congresso Português de Demografia, org. ISCTE/INESLA, Tróia, Grândola, 21-23 Setembro, Sessão Plenária: População e Envelhecimento.

BRANCO, Rui e GONÇALVES, Cristina (2001) "Population Ageing – demographic, economic and social aspects of older persons in Portugal", Conferência Europeia de População 2001, Helsínquia – Finlândia, 7 a 9 de Junho de 2001, Tema F: Envelhecimento Demográfico. (URL: http://www.ine.pt/prodserv/estudos/ficha.asp?x_estudoid=221)

COSTA, A. Bruto da (1993), "Pobres Idosos" in Estudos Demográficos nº 31, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos Demográficos, Lisboa.

COSTA, A. Bruto da (1998), "Exclusões Sociais" Cadernos Democráticos, colecção Fracturas nº 2, Lisboa.

EUROSTAT (1998) "Recommendations on Social Exclusion and Poverty Statistics", 31st Meeting of the Statistical Programme Committee", CPS 98/31/2EN-16.10.98, Luxembourg.

EUROSTAT (2000) "Consumption of the elderly in the EU" in *Statistics in Focus* Theme 3-3/2000, Population and Living Conditions, Luxembourg.

FLEURBAEY, Herpin, MATINEZ, Verger (1998), "Can poverty be measured?", *Studies* nº 21, November 1998, INSEE.

GALLIE, Duncan e PAUGAN, Serge (2002) "Social Precarity and Social Integration", Report for the European Commission, Directorate-General Employment, Eurobarometer 56.1, October 2002, Brussels.

GONÇALVES, Cristina (2003) "As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos" in *Revista de Estudos Demográficos* nº 34, pp.41-60, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

GOUVEIA, M. e RODRIGUES, C.F. (2003) "Para que servem as pensões mínimas?", paper apresentado na 2^a Conferência do Banco de Portugal, 11 e 12 de Março de 2003 (policopiado).

INE (1999), "As Gerações Mais Idosas", Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.

INE (2002) "Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 – Principais Resultados", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2002) *XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação*, resultados Definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2003) *Projeções de População Residente 2000-2050*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

LEITE, Sofia (2003) "Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001" in *Revista de Estudos Demográficos* nº 33, pp. 23-38, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

LOLLIVIER, S., VERGER, D. (1997), "Condition de vie - Pauvreté d'existence, monétaire ou subjective sont distinctes" (or "Living-Conditions Poverty, Resources Poverty, and Subjective Poverty are Distinct") *Économie et Statistique* N°308-309-310, INSEE. URL: <http://www.insee.fr/va/produits/pub/studies/artis/is027.htm>

SEP (2002) "O Envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas" in *Revista de Estudos Demográficos* nº 32, pp. 185-208, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

TOMASSINI, Cecilia *et. all* (2004) "Living arrangements among older people: an overview of trends in Europe and the USA" in *Population Trends Spring 2004* nº 115, pp. 24-34, Office for National Statistics, London.

Anexos

Quadro 1.2

Tipo e condições do alojamento, segundo o tipo de agregado doméstico privado, Portugal, 2000								
unidade: %								
	Total ADP	ADP sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Tipo de alojamento								
Morada independente	66,4	61,1	74,2	69,5	75,9	73,5	79,1	72,4
Em edifício de apartamentos	33,1	38,3	25,3	29,4	23,5	26,0	20,9	27,5
Outro (incl. barracas)	0,5	0,6	0,5	1,1	0,5	0,5	0,0	0,1
Existência de Cozinha								
Sim (incl. kitchenette)	99,6	99,7	99,6	99,3	99,7	99,9	99,5	99,9
Não	0,4	0,3	0,4	0,7	0,3	0,1	0,5	0,1
Água canalizada								
Sim	97,9	98,8	96,5	94,4	97,7	95,2	96,7	99,7
Não	2,1	1,2	3,5	5,6	2,3	4,8	3,3	0,3
Instalações sanitárias								
Completa	89,0	93,6	82,2	72,8	83,8	91,2	83,3	94,3
Incompleta	8,2	4,9	13,1	19,0	12,1	5,3	13,5	4,5
Não	2,8	1,5	4,7	8,2	4,1	3,5	3,3	1,3
Electricidade								
Sim	99,6	99,8	99,2	98,5	99,7	98,7	99,5	100,0
Não	0,4	0,2	0,8	1,5	0,3	1,3	0,5	0,0
Sistema de esgotos								
Sim (incl. fossa)	97,2	98,6	95,2	92,3	95,9	94,9	96,7	98,0
Não	2,8	1,4	4,8	7,7	4,1	5,1	3,3	2,0
Sem infra-estruturas								
Sem água canalizada, electricidade, sistema de esgotos e instalações sanitárias	0,2	0,1	0,3	0,8	0,0	0,6	0,0	0,0

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000

Quadro 1.3

Agregados domésticos privados com posse de bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, segundo o tipo de agregado, Portugal, 2000

unidade: %

	Total ADP	ADP sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Equipamento de apoio ao trabalho doméstico								
Fogão	99,4	99,4	99,4	99,2	99,5	99,6	99,4	99,5
Micro-ondas	33,3	43,3	18,5	11,5	17,1	18,9	19,3	38,4
Frigorífico	97,1	97,7	96,2	93,7	96,1	98,1	97,7	98,3
Arca Congeladora	53,5	58,0	46,9	23,6	54,5	62,4	52,7	67,0
Aspirador	67,3	77,5	52,2	38,4	51,3	64,3	55,5	74,9
Máquina de lavar roupa	82,2	89,6	71,4	53,2	73,7	79,1	81,0	87,5
Máquina de secar roupa	9,5	12,8	4,6	1,6	4,3	5,0	5,8	10,1
Máquina de lavar e secar roupa	3,9	5,5	1,7	0,3	1,4	2,2	1,9	5,5
Máquina de lavar loiça	17,1	21,7	10,1	5,6	10,0	11,5	11,5	18,8
Desumidificador	5,3	6,4	3,6	2,2	2,4	6,7	4,7	5,1
Máquina de costura	43,2	39,9	48,0	37,0	52,3	53,5	51,9	54,3
Aparelhos de aquecimento de ar e água								
Aparelho de ar condicionado	2,8	3,6	1,6	0,6	1,2	3,1	2,0	3,5
Ap. aquecimento de ar eléctrico	46,6	49,6	42,3	39,5	41,5	46,1	39,9	53,7
Ap. aquecimento de ar não eléctrico	20,9	22,4	18,6	13,1	19,6	25,3	19,4	23,9
Ap. aquecimento de água eléctrico	15,8	16,7	14,6	10,2	13,1	14,8	19,9	17,9
Ap. aquecimento de água não eléctrico	62,7	68,3	54,5	46,0	57,4	58,9	53,3	69,4
Equipamento de áudio/ vídeo e comunicações								
Telefone	75,5	76,9	73,3	58,5	77,4	77,9	80,2	84,8
Telemóvel	47,4	64,1	22,7	4,7	11,5	20,0	40,2	61,2
Televisão	97,9	99,1	96,1	91,5	97,8	98,2	97,4	99,9
Antena parabólica	10,5	14,0	5,4	2,0	3,9	7,5	7,7	11,4
Tv-Cabo	19,0	25,0	10,2	6,0	7,2	11,4	12,1	23,2
Leitor de Cd	38,4	54,0	15,4	4,7	7,6	9,6	23,6	49,5
Gravador de cassetes	50,0	65,5	27,1	13,0	18,1	28,0	38,5	60,9
Rádio	85,4	90,1	78,4	65,9	79,7	84,8	84,7	90,1
Gira-discos	27,7	35,2	16,5	8,5	14,2	17,3	21,5	32,0
Vídeo	49,7	66,3	25,1	8,0	18,8	29,1	35,7	59,5
Câmara de vídeo	10,5	14,9	3,9	0,2	3,6	5,8	4,6	11,1
Material fotográfico	41,1	55,4	20,1	5,4	15,4	22,9	27,3	52,8
Computador, sem ligação à internet	13,5	19,3	4,9	0,1	1,2	6,5	8,7	16,5
Computador, com ligação à internet	8,5	12,5	2,4	0,0	0,9	1,0	4,6	9,0
Meios de transporte								
Bicicleta	21,3	27,0	12,8	3,6	13,2	12,7	16,8	28,1
Motorizada	14,3	17,3	9,8	1,8	9,7	14,3	13,6	19,5
Moto	2,7	3,8	1,1	0,2	0,4	0,4	1,1	5,5
Automóvel	59,9	75,6	36,5	6,2	34,4	51,2	55,4	70,5
Outros meios de transporte	1,1	1,0	1,4	1,1	2,2	0,4	0,8	2,3
Outros bens								
Caravana ou roulotte	1,2	1,3	1,1	0,6	1,9	1,8	0,2	2,3
Barco de recreio	0,6	0,6	0,5	0,0	0,4	1,1	0,5	1,4
Garagem no edifício	25,4	29,7	18,9	8,7	17,7	23,7	23,4	35,3
Garagem fora do edifício	7,7	8,6	6,2	1,6	6,7	8,0	7,2	14,3
Residência(s) secundária(s)	8,5	8,7	8,1	4,2	9,7	9,8	8,4	13,1

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000

Quadro 2.1

Índices de pobreza segundo o rendimento, segundo a tipologia de agregados domésticos privados, Portugal e NUTS II, 2000

unidade: %

Portugal e NUTS II	Total ADP	ADP sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Portugal	20,2	12,8	31,0	44,4	34,0	31,3	19,9	12,0
Norte	19,5	15,7	25,4	40,9	29,2	23,4	15,1	15,5
Centro	24,9	13,3	38,8	53,4	42,7	46,9	27,8	8,5
Lisboa V. Tejo	15,7	8,6	27,7	39,1	27,7	26,3	17,9	7,9
Alentejo	24,9	13,0	38,0	48,5	41,6	37,1	22,3	10,7
Algarve	25,3	12,8	40,6	46,9	51,5	28,8	29,6	18,5
R.A. Açores	34,6	26,6	48,0	71,7	56,1	58,5	38,1	23,5
R. A. Madeira	31,6	27,0	37,5	57,9	40,4	31,7	29,6	25,4

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Quadro 2.2

Índices de pobreza segundo as condições de vida, segundo a tipologia de agregados domésticos privados, Portugal e NUTS II, 2000

unidade: %

Portugal e NUTS II	Total ADP	ADP sem idosos	ADP com idosos					
			Total	Idoso Só	Casal de idosos	Casal com um idoso	Rep. idoso + outros	Outros com idosos
Portugal	23,0	15,6	33,9	50,1	31,8	20,7	29,1	16,2
Norte	27,6	20,6	38,6	60,1	39,4	27,2	29,6	25,0
Centro	30,8	19,2	44,6	64,2	46,9	28,1	37,3	17,7
Lisboa V. Tejo	13,1	8,7	20,5	31,5	16,0	8,0	21,1	5,8
Alentejo	27,9	15,3	41,5	61,8	34,6	32,9	30,2	13,0
Algarve	25,4	17,3	35,2	54,8	27,0	27,4	27,7	12,3
R.A. Açores	24,2	17,6	35,4	60,6	35,7	24,4	33,8	11,0
R. A. Madeira	35,3	28,8	43,6	68,4	39,4	29,3	38,9	24,3

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Quadro 3.5

Estrutura das receitas líquidas anuais por adulto equivalente em agregados pobres e não pobres de acordo com a linha de pobreza segundo o rendimento, segundo o tipo de agregado doméstico privado (ADP), Portugal e NUTS II, 2000

Tipo de receitas	Norte			Centro			Lisboa V. Tejo			Alentejo			Algarve			R. A. Açores			R. A. Madeira		
	não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres	
		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0						
Receitas monetárias totais	83,3	80,4	81,0	81,2	78,5	83,2	90,0	90,9	89,7	84,3	83,7	85,7	82,2	82,4	89,9	88,4	90,2	81,6	82,9	82,3	82,3
Rendimentos do trabalho	55,3	54,0	6,1	52,3	46,4	4,3	59,9	54,0	5,9	53,9	53,8	2,0	58,2	54,7	5,5	63,3	62,3	14,9	60,3	56,3	8,7
Pensões	18,7	10,7	70,9	20,7	19,8	76,7	22,8	26,8	79,9	25,0	20,0	81,1	18,0	14,6	72,8	20,1	14,6	70,1	17,1	11,2	69,0
Prestações sociais	2,7	13,0	2,1	2,2	7,2	0,9	2,1	7,3	2,1	2,3	8,2	1,4	1,8	9,8	2,5	2,2	9,2	2,7	2,1	12,8	3,7
Outras receitas monetárias	6,6	2,7	1,9	6,0	5,2	1,2	5,3	2,8	1,8	3,0	1,7	1,2	3,0	1,6	4,3	2,2	2,5	2,1	2,5	0,8	0,8
Receitas não monetárias	16,7	19,6	19,0	18,8	21,5	16,8	10,0	9,1	10,3	15,7	16,3	14,3	16,8	17,8	17,6	10,1	11,6	9,8	18,4	17,1	17,7

Quadro 3.6

Estrutura das despesas médias anuais por adulto equivalente em agregados pobres e não pobres de acordo com a linha de pobreza segundo o rendimento, segundo o tipo de agregado doméstico privado, Portugal e NUTS II, 2000

Classes de despesa (COICOP)	Norte			Centro			Lisboa V. Tejo			Alentejo			Algarve			R. A. Açores			R. A. Madeira		
	não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres		não pobres	Pobres	
		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos		sem idosos	com idosos
Despesa total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0						
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	18,1	27,0	32,4	17,5	25,7	31,9	16,8	27,6	36,4	18,9	25,7	30,8	17,5	27,4	28,8	20,4	32,3	33,8	16,0	25,8	28,7
Bebidas alcoólicas, tabaco	3,1	5,2	3,6	2,2	3,1	1,4	2,4	3,1	1,4	2,8	3,1	2,0	2,8	6,0	2,5	3,4	4,7	3,8	2,3	3,3	2,2
Vestuário e calçado	6,9	7,0	5,0	6,0	7,3	5,9	6,4	4,8	4,1	6,6	7,7	5,1	6,9	6,8	5,9	6,6	8,5	5,1	5,8	7,2	5,4
Habituação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	21,9	21,3	24,9	23,8	22,7	25,1	17,7	20,0	22,6	24,4	19,5	25,8	20,4	20,7	25,2	18,8	15,9	15,6	29,9	25,7	32,9
Móveis, arts. decoração, equip. doméstico e desp. correntes de man. habitação	7,4	4,3	6,2	7,8	5,3	5,9	7,9	4,9	5,6	6,8	4,9	5,1	5,7	3,9	4,4	8,2	8,1	8,1	6,4	5,7	4,2
Saúde	4,6	4,4	9,8	5,1	7,2	10,1	5,8	4,2	12,3	5,0	7,1	12,8	5,7	6,2	14,0	5,4	6,2	14,6	5,4	4,7	10,0
Transportes	14,3	10,9	3,0	16,0	8,5	3,3	14,6	9,2	4,8	14,1	14,4	3,3	14,5	8,1	2,5	16,6	8,0	6,0	15,7	11,4	4,9
Comunicações	2,8	3,1	3,3	2,9	3,4	3,4	3,7	4,5	4,3	3,8	3,4	3,7	3,3	3,6	3,7	3,8	4,1	5,2	3,5	3,9	4,1
Lazer, distração e cultura	4,6	3,3	2,1	4,4	3,9	1,2	5,7	3,7	1,7	3,2	3,1	1,1	4,1	4,1	1,4	5,6	4,3	1,8	3,5	2,9	0,8
Ensino	1,1	0,2	0,5	0,8	0,5	0,0	1,5	0,5	0,0	0,8	0,2	0,0	0,9	0,2	0,0	0,6	0,0	0,0	0,9	0,3	0,1
Hóteis, restaurantes, cafés e similares	9,0	8,5	6,2	7,8	7,6	7,6	11,1	11,5	3,7	8,3	6,4	4,7	12,2	7,5	7,7	5,1	3,3	3,1	6,6	5,0	3,5
Outros bens e serviços	6,3	4,9	3,1	5,6	4,8	4,1	6,5	5,9	3,1	5,3	4,5	5,6	6,0	5,5	4,0	5,4	4,5	3,1	4,0	4,0	3,2

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000 (cálculos das autoras)

Notas

¹ **Família clássica** (conceito censitário): Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respectiva família.

² INE, 1999 e SEP, 2000.

³ GONÇALVES, 2003.

Esta tendência não se verifica em grande parte dos países europeus, verificando-se mesmo um declínio relativo à institucionalização das pessoas idosas nos últimos anos na Holanda, Itália, Inglaterra, Suécia e também nos Estados Unidos. Para uma análise mais aprofundada relativamente aos modos de vida das pessoas idosas na Europa e EUA, sugere-se a consulta do estudo de TOMASSINI *et al.*, 2004.

⁴ LEITE, Sofia (2003)

⁵ **Agregado (doméstico privado) / Agregado familiar** (conceito do IOF 2000), inclui qualquer uma das seguintes situações:

-Conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e alimentação são suportadas conjuntamente (orçamento comum), independentemente da existência de laços de parentesco;

-Indivíduo que ocupa integralmente um alojamento, ou que, partilhando-o com outros indivíduos, não satisfaz a condição anterior (orçamento comum).

De acordo com a definição dada, os casais residindo com os pais e os hóspedes com pensão alimentar são incluídos no agregado se as suas principais refeições forem, habitualmente, suportadas pelo orçamento comum. As empregadas domésticas internas são, também, consideradas membro do agregado.

⁶ Branco e Gonçalves, 2000; Branco e Gonçalves, 2001

⁷ A linha de pobreza segundo o rendimento foi traçada nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente de cada agregado doméstico privado, conforme recomendações do EUROSTAT sobre a matéria. Sobre o cálculo da linha e índices de pobreza, sugere-se a consulta das notas metodológicas.

⁸ Branco e Gonçalves, 2001.

⁹ v. notas metodológicas

¹⁰ Branco e Gonçalves, 2000; Branco e Gonçalves, 2001

¹¹ v. Notas metodológicas

¹² sobre a classificação das receitas e despesas, consultar notas metodológicas.

¹³ EUROSTAT (2000). A análise baseia-se nos Inquéritos aos Orçamentos Familiares dos estados membros da União Europeia, Noruega e Islândia. Apesar das diferenças metodológicas na concepção da tipologia dos agregados em análise, este estudo permite estabelecer uma certa harmonização nos padrões de consumo dos agregados com idosos.

¹⁴ Embora não sendo um dos objectivos do presente trabalho elaborar pistas de reflexão ou apresentar soluções para a erradicação da pobreza, e designadamente da incidência da pobreza entre as pessoas idosas, não se pode deixar de referir um estudo recente apresentado por Miguel Gouveia e Carlos Farinha Rodrigues, cujos resultados apontam para a ineficácia que um possível aumento dos valores das pensões mínimas teria no combate à pobreza, face ao investimento que tal medida representaria na despesa pública (GOUVEIA, M. e RODRIGUES, C.F., 2003).

Nota Final:

As autoras agradecem ao Serviço de Estatísticas das Condições de Vida do INE pela disponibilidade da base de dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF 2000), ao Serviço de Geoinformação pela elaboração do cartograma e, especialmente, ao Prof. Carlos Farinha Rodrigues, assessor do Departamento de Síntese Económica de Conjuntura do INE, pela ajuda preciosa na preparação da base de dados do IOF para o presente trabalho.